

**TERMO ADITIVO À CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
2013/2015**

TERMO ADITIVO À CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2011/2013 que entre si celebram, de um lado, **FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, SINDICATO DA INDÚSTRIA DO FERRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, SINDICATO DA INDÚSTRIA DA FUNDIÇÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, SINDICATO DA INDÚSTRIA DE APARELHOS ELÉTRICOS, ELETRÔNICOS E SIMILARES NO ESTADO DE MINAS GERAIS, SINDICATO DA INDÚSTRIA MECÂNICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE TRATORES, CAMINHÕES, AUTOMÓVEIS E VEÍCULOS SIMILARES, SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE TREFILAÇÃO E LAMINAÇÃO DE METAIS FERROSOS, SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS, SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE COMPONENTES PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES, SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE FORJARIA, SINDICATO INTERESTADUAL DA INDÚSTRIA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS E RODOVIÁRIOS, SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAIS ELÉTRICOS DE SABARÁ e de outro lado, os SINDICATOS DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO das seguintes localidades: BETIM, IGARAPÉ E SÃO JOAQUIM DE BICAS, SABARÁ E ARAGUARI, o SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE MINAS GERAIS, SINDICATO DOS ADMINISTRADORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS, SINDICATO DAS SECRETÁRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS SINDICATO DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DE MINAS GERAIS, com referência aos 4 (quatro) últimos sindicatos profissionais mencionados, exclusivamente para as bases territoriais de **Betim, Igarapé e São Joaquim de Bicas; Sabará e Araguari**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLAÚSULA PRIMEIRA - As cláusulas 1ª - Aumento Salarial, 2ª – Abono único e especial, 3ª - Salário de ingresso, 4ª – Garantia de emprego ou salário, 13ª - Abono de Férias, 45ª - Transporte e Alimentação, 51ª - Creche e 86ª - Desconto Negocial da Convenção Coletiva de Trabalho firmada em 16/12/2013, passam a vigorar, a partir de 01 de outubro de 2014 e até 30/09/2015, com a seguinte redação:

1ª) AUMENTO SALARIAL

Os salários dos empregados das categorias profissionais convenientes vigentes em 1º de outubro de 2013, serão corrigidos a partir de 1º de outubro de 2014 obedecendo aos critérios abaixo:

A - Para as empresas que em 30/09/2014 contavam com até 50 (cinquenta) empregados:

1 - Para os empregados cujos salários vigentes em outubro de 2013 alcançavam até R\$ 6.224,00 (seis mil e duzentos e vinte e quatro reais): **6,80%** (seis inteiros e oitenta centésimos por cento).

2 - Para os empregados cujos salários vigentes em outubro de 2013 alcançavam acima de R\$ 6.224,00 (seis mil e duzentos e vinte e quatro reais): será concedido um aumento ou reajuste salarial único no valor de **R\$ 423,30** (quatrocentos e vinte e três reais e trinta centavos).

B - Para as empresas que em 30/09/2014 contavam com mais de 50 (cinquenta) empregados:

1 - Para os empregados cujos salários vigentes em outubro de 2013 alcançavam até R\$ 6.224,00 (seis mil e duzentos e vinte e quatro reais): **7%** (sete inteiros por cento).

2 - Para os empregados cujos salários vigentes em outubro de 2013 alcançavam acima de R\$ 6.224,00 (seis mil e duzentos e vinte e quatro reais): será concedido um aumento ou reajuste salarial único no valor de **R\$ 435,70** (quatrocentos e trinta e cinco reais e setenta centavos).

§1º - O empregado admitido após 1º de outubro de 2013 terá como limite o salário corrigido do empregado exercente da mesma função, admitido anteriormente a 1º de outubro de 2013.

Na hipótese de o empregado não ter paradigma ou em se tratando de empresa constituída e em funcionamento depois de 01 de outubro de 2013, será adotado o critério proporcional ao tempo de serviço, ou seja, 1/12 (um doze avos) da taxa de correção prevista nesta cláusula, por mês de serviço ou fração superior a 15 (quinze) dias, aplicado sobre o salário de admissão.

§ 2º - Serão compensados todos os aumentos, antecipações ou reajustes salariais espontâneos ou compulsórios, que tenham sido concedidos após 1º de outubro de 2013, salvo os decorrentes de promoção, transferência, equiparação salarial, implemento de idade e término de aprendizado.

2ª) ABONO ÚNICO ESPECIAL- EMPRESAS QUE NÃO POSSUEM PLR

As empresas que **NÃO** possuem programas de Participação nos Lucros ou Resultados para 2014 ou cujos programas não alcançarem o valor mínimo pactuado nesta cláusula ou que não concederam, nos meses de setembro ou outubro de 2014, abono, gratificação ou qualquer outro prêmio concederão aos

seus empregados, com contratos em vigor na data da assinatura da presente Convenção, um abono único e especial, no valor total de **R\$ 550,00** (quinhentos e cinquenta reais) pago em até **2 (duas) parcelas iguais de R\$ 275,00 (duzentos e setenta e cinco reais) cada.**

1- As empresas que nos meses de setembro ou outubro de 2014 pagaram abono, gratificação ou qualquer outro prêmio em valores inferiores aos aqui estipulados, bem como aquelas cujos valores de Participação nos Lucros ou Resultados forem inferiores aos aqui determinados, ficarão obrigadas apenas a complementar os valores pagos.

§ 1º - Os valores estipulados nesta Cláusula serão devidos somente aos empregados em atividade na data da assinatura da presente Convenção, e, integralmente, apenas aos que tenham sido admitidos até o dia 30 de setembro de 2013, sem interrupção ou suspensão do Contrato de Trabalho. Os empregados admitidos após 30 de setembro de 2013, e os afastados por qualquer motivo, terão direito a 1/12 (um doze avos) do valor acordado, por mês ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias, trabalhados no período de 1º de outubro de 2013 a 30 de setembro de 2014.

§ 2º - Estão excluídos os empregados já pré-avisados da demissão e os aprendizes, com o contrato de aprendizagem em vigor.

§ 3º - O presente abono, dado o seu caráter, não se incorporará ao salário para quaisquer efeitos.

§ 4º - Os valores pagos pelas empresas em cumprimento da presente cláusula serão compensados, caso a empresa seja obrigada ao pagamento de qualquer parcela a título de participação nos lucros ou resultados, em decorrência de legislação ou Medida Provisória superveniente ou por decisão do Judiciário.

§ 5º - A empresa poderá negociar com a representação profissional dos seus trabalhadores a Participação nos Lucros ou Resultados em substituição ao presente abono.

§ 6º - O pagamento do presente abono será efetuado observado o seguinte:

- R\$ 275,00 (duzentos e setenta e cinco reais) juntamente com os salários de novembro de 2014, e
- R\$ 275,00 (duzentos e setenta e cinco reais) juntamente com os salários de fevereiro de 2015.

3ª) SALÁRIO DE INGRESSO

A partir da vigência da presente Convenção, nenhum empregado, excetuando-se o aprendiz, o empregado aluno e o office-boy, contínuo ou mensageiro, terá o salário de ingresso inferior ao adiante especificado:

- a. Para cada estabelecimento que contava em 30/09/2014 **com até 10 (dez) empregados, R\$ 899,80** (oitocentos e noventa e nove reais e oitenta centavo) por mês, correspondentes à jornada de trabalho de 220 (duzentos e vinte) horas mensais.
- b. Para cada estabelecimento que contava em 30/09/2014 **com mais de 10 (dez) e até 400 (quatrocentos) empregados, R\$ 926,20** (novecentos e vinte e seis reais e vinte centavos) por mês, correspondentes à jornada de trabalho de 220 (duzentos e vinte) horas mensais.
- c. Para cada estabelecimento que contava em 30/09/2014 **com mais de 400 (quatrocentos) e até 1.000 (mil) empregados, R\$ 990,00** (novecentos e noventa reais) por mês, correspondentes à jornada de trabalho de 220 (duzentos e vinte) horas mensais.
- d. Para cada estabelecimento que contava em 30/09/2014 **com mais de 1000 (mil) empregados, R\$ 1.225,40** (um mil, duzentos e vinte e cinco reais e quarenta centavos) por mês, correspondentes à jornada de trabalho de 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

4ª) - GARANTIA DE EMPREGO OU SALÁRIO

Em caráter de excepcionalidade, as empresas garantem a permanência no emprego a seus empregados **até 16 de dezembro de 2014.**

§ 1º- Permite-se à empresa dispensar o empregado, antes da data prevista nesta cláusula, desde que lhe pague, além dos direitos previstos em lei, a título de indenização, os salários a que faria jus até a mencionada data.

§ 2º- A garantia prevista nesta cláusula se inicia **na data de assinatura** da presente Convenção e ficam dela excluídos:

- a) os que tenham sido contratados a prazo, inclusive de experiência, e o contrato chegue a seu termo dentro do período de garantia;

- b) aqueles que já tiverem sido comunicados da dispensa, até a data de assinatura desta Convenção, inclusive, seja o aviso prévio indenizado ou a ser cumprido;
- c) os dispensados por justa causa;
- d) os empregados contratados para prestação de serviços em contratação de obra certa, cuja obra terminar durante a vigência da presente cláusula;
- e) os que pedirem demissão;
- f) aqueles que, assistidos pelo sindicato profissional, renunciarem à garantia prevista nesta cláusula.

13ª) ABONO DE FÉRIAS

Ao empregado que durante o período aquisitivo de férias, não tiver mais de 7 (sete) faltas ao serviço, justificadas ou não, quando sair em gozo de férias, será pago um abono nos seguintes valores e condições:

- a. O abono será no valor correspondente a 1/3 (um terço) do salário nominal mensal, tendo como base o salário do dia do início do gozo de férias do empregado e não poderá superar o valor máximo de **R\$ 1.376,90** (hum mil, trezentos e setenta e seis reais e noventa centavos), para o empregado que tiver 0 (zero) falta no período aquisitivo;
- b. O abono será no valor correspondente a 1/4 (um quarto) do salário nominal mensal, tendo como base os salários do dia do início do gozo de férias e não poderá superar o valor máximo de **R\$ 931,45** (novecentos e trinta e um reais e quarenta e cinco centavos) para o empregado que não tiver mais de 4 (quatro) faltas ao serviço;
- c. O abono será no valor correspondente a 1/5 (um quinto) do salário nominal mensal, tendo como base os salários do dia do início do gozo de férias do empregado e não poderá superar o valor máximo de **R\$ 786,80** (setecentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos), para o empregado que tiver mais de 4 (quatro) e até 7 (sete) faltas justificadas ou não.

§ 1º - Não serão consideradas faltas para os fins previstos nesta cláusula as seguintes ausências ao trabalho:

- I. As enumeradas no art. 473 da CLT;
- II. Por motivo de maternidade ou aborto, desde que observados os requisitos para a percepção do salário maternidade custeado pela

Previdência Social e que o afastamento não seja superior a 120 (cento e vinte dias);

III. Por motivo de acidente do trabalho desde que o afastamento dentro do período aquisitivo seja inferior a 6 (seis) meses;

IV. Por motivo de doença, quando o afastamento for superior a 15 (quinze) dias contínuos e desde que o empregado tenha recebido da Previdência Social prestações de auxílio-doença por até 6 (seis) meses dentro do período aquisitivo.

V. Por motivo de casamento, paternidade, morte do sogro ou sogra, sindical, atestado pediátrico, nos limites máximos remunerados por esta convenção.

VI. Por motivo de acompanhamento de seus filhos menores de até 12 anos ao médico, nas condições previstas na cláusula 50ª (Atestados médicos pediátricos) desta Convenção Coletiva.

§ 2º - O abono previsto nesta cláusula somente será devido nos casos de gozo das férias e demissão do empregado pela empresa, sem justa causa, não sendo devido no caso de férias proporcionais;

§ 3º - Na ocorrência de férias coletivas, gozando o empregado férias proporcionais, iniciando-se novo período aquisitivo, o abono será pago também proporcionalmente;

§ 4º - Quando as férias forem gozadas parceladamente o abono será pago na saída do maior período de gozo;

§ 5º - O empregado que gozar férias antecipadas, receber o abono e faltar mais de 7 (sete) vezes dentro do período aquisitivo, perderá o direito ao abono referente ao período aquisitivo subsequente;

§ 6º - Ao Dirigente Sindical que faltar, por convocação do seu Sindicato, pagar-se-á o abono de férias na mesma proporção das férias a que fizer jus;

§ 7º - Ficam excluídas da obrigatoriedade da presente Cláusula as empresas que já concedem abono ou gratificação de retorno de férias, em valores iguais ou superiores ao aqui estabelecido, bem como aquelas que concedem prêmio por assiduidade em valor igual ou superior ao da presente Cláusula.

§ 8º - O abono previsto nesta cláusula não se incorporará ao salário para quaisquer efeitos e não sofrerá incidências trabalhistas e

previdenciárias, conforme expressamente previsto no art. 144 da CLT e no art. 28, § 9º, "e", 6 da Lei 8.212, de 24/07/1991, respectivamente.

§ 9º - O pagamento do abono previsto nesta cláusula não exime as empresas de pagarem, concomitantemente, o terço constitucional previsto no art. 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

45ª) TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO

Os reajustes nos preços de transportes e refeições, para os empregados que percebem até **R\$ 3.877,90** (três mil, oitocentos e setenta e sete reais e noventa centavos) não poderão ser em percentual superior ao limite máximo do aumento e correção salarial concedidos coletivamente aos empregados da empresa.

§ 1º - Quando os aumentos salariais gerais compulsórios ou espontâneos forem compensáveis, os reajustes dos preços de refeições e transporte também o serão, na mesma proporção.

§ 2º - Para as empresas que fornecem mais de um tipo de refeição, o disposto no "caput" e no § 1º se aplica apenas à modalidade de menor custo para o empregado.

51ª- CRECHE

As empresas em que trabalharem pelo menos 20 (vinte) mulheres com mais de 16 (dezesesseis) anos de idade, se comprometem a credenciar mediante convênio, 1 (uma) creche, localizada na região metropolitana deste(s) município(s), que permita às empregadas deixar sob vigilância e assistência, durante o horário de trabalho, os seus filhos de até 24 (vinte e quatro) meses de idade. No entanto, se a creche conveniada estiver localizada a mais de 15 quilômetros da residência da empregada, ela poderá optar entre a utilização da creche ou o reembolso conforme previsto no § 1º desta cláusula.

§ 1º - As empresas cujos estabelecimentos contarem com mais de 1.000 (um mil) empregados em 30.09.2014, reembolsarão as despesas que a empregada tiver com a creche para seu filho, até este completar 24 (vinte e quatro) meses de idade, até o limite máximo mensal de **R\$ 272,00 (duzentos e setenta e dois reais)**.

§ 2º - As empresas com menos de 1.000 empregados poderão optar pelo credenciamento previsto no CAPUT desta Cláusula ou pelo reembolso previsto no Parágrafo anterior.

§ 3º - O reembolso previsto nos §§ 1º e 2º, não integra o salário ou remuneração da empregada para nenhum efeito e poderá ser feito

diretamente pelas empresas ou através de Fundação da qual seja a empresa mantenedora.

§ 4º - As empresas que efetuarem o reembolso especial acima estabelecido ficam desobrigadas da manutenção ou credenciamento de creche.

§ 5º - Na hipótese de rescisão ou extinção do contrato de trabalho da empregada, por qualquer motivo, o reembolso não será devido após o último dia de trabalho efetivo da empregada.

86ª) DESCONTO NEGOCIAL

I - DOS EMPREGADOS

As empresas se obrigam a descontar, como simples intermediárias, de todos os empregados, exceto dos pertencentes às categorias diferenciadas e dos profissionais liberais não participantes desta Convenção, um desconto negocial, conforme Termo de Ajuste de Conduta firmado perante o Ministério Público do Trabalho em 29/11/2004 e seu Aditamento de 20/06/2011, nas condições a seguir:

§1º- Ao trabalhador que não concordar com o desconto ficará assegurado seu direito de oposição direta e pessoalmente ao Sindicato da Categoria, **no prazo de 5 (cinco) dias contados a partir da assinatura deste instrumento.** No prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após o vencimento do período de oposição estipulado, o Sindicato encaminhará a cada empresa, a relação de seus trabalhadores que enviaram cartas de oposição.

§ 2º - Na eventualidade de reclamação e condenação trabalhista, o sindicato responderá regressivamente perante a empresa.

§3º- As empresas fornecerão ao Sindicato Profissional listagem contendo nome, o valor sobre o qual incidiu o desconto e respectivo valor descontado de seus empregados abrangidos pelo presente desconto.

§ 4º - As empresas se comprometem a não patrocinar ou incentivar os seus empregados no sentido de manifestar ou efetivar oposição quanto ao desconto negocial.

§5º - Aos trabalhadores de empresas localizadas nos municípios onde não existe sede ou sub-sede dos sindicatos profissionais, a oposição poderá ser feita mediante correspondência de próprio

punho, com AR (Aviso de Recebimento), enviada pelos Correios ao sindicato da categoria, no mesmo prazo acima fixado.

- a) Para os empregados representados pelo **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE BETIM, IGARAPÉ E SÃO JOAQUIM DE BICAS**, o total do desconto será de **2,0% (dois por cento)** sobre o salário corrigido de **novembro/2014** e **2,0% (dois por cento)** sobre o salário corrigido de **dezembro/2014**. O limite máximo de desconto será de **R\$ 96,39** para cada parcela.

O total arrecadado será repassado ao SINDICATO PROFISSIONAL, mediante o depósito em Conta junto à Caixa Econômica Federal, Agência 0892, Conta 12-0, operação 003.

- b) Para os empregados representados pelo **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICA E DE MATERIAL ELÉTRICO DE SABARÁ**, o total do desconto será de **1,5% (um e meio por cento)** sobre o salário corrigido de **dezembro/2014** e **1,5% (um e meio por cento)** sobre o salário corrigido de **janeiro/2015**. O limite máximo de desconto será de **R\$ 50,99** para cada parcela. O depósito será feito na Caixa Econômica Federal, ag.: 1742 – Op.:003 – c/c.:41-0.

SECRETÁRIAS

Para os empregados representados pelo **SINDICATO DAS SECRETÁRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS** o desconto total será de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) sendo a primeira parcela de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) sobre o salário corrigido de dezembro/2014 e a segunda parcela de 1% (um inteiro por cento) sobre o salário corrigido de janeiro/2015. O limite máximo de desconto será de **R\$ 95,00 (Noventa e cinco reais)** para cada parcela.

DO TOTAL ARRECADADO NA PRIMEIRA PARCELA 100% (CEM POR CENTO) DEVERÃO SER RECOLHIDOS PARA O **SINDICATO PROFISSIONAL E DEPOSITADO NA CAIXA ECONOMICA FEDERAL, AG.:081 – OP.:003 - – C/C:507037-2.**

DO TOTAL ARRECADADO NA SEGUNDA PARCELA, 100% (CEM POR CENTO) DEVERÃO SER RECOLHIDOS PARA A FEDERAÇÃO ESTADUAL DOS METALÚRGICOS DA CUT ATRAVÉS DE DEPÓSITO OU TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA NA **CAIXA ECONOMICA FEDERAL, AGÊNCIA 1639 – OPERAÇÃO 003 – CONTA CORRENTE:180-7(CNPJ: 07.647.932/0001-70).**

TÉCNICOS INDUSTRIAIS

Para os empregados representados pelo **SINDICATO DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS** o desconto total será de 3% (três inteiros por cento) sendo a primeira parcela de 2% (dois inteiros por cento) sobre o salário corrigido de dezembro/2014 e a segunda parcela de 1% (um inteiro por cento) sobre o salário corrigido de janeiro/2015. O limite máximo de desconto será de **R\$ 95,00 (Noventa e cinco reais)** para cada parcela.

O Total arrecadado na primeira parcela 100% (cem por cento) deverá ser recolhido integralmente para o sindicato profissional e depositados na **Caixa Econômica Federal, agência 0935, conta corrente 02709-8, operação 003.**

O total arrecadado na segunda parcela 100% deverá se depositados para a **FEDERAÇÃO ESTADUAL DOS METALÚRGICOS DA CUT E RECOLHIDO ATRAVÉS DE DEPÓSITO OU TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA NA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, AGÊNCIA 1639 – OPERAÇÃO 003 – CONTA CORRENTE: 180-7(CNPJ: 07.647.932/0001-70).**

ENGENHEIROS

Para os empregados representados pelo **SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DE MINAS GERAIS** o desconto total será de 2% (dois por cento), sendo a primeira parcela de 1% (um por cento) sobre o salário corrigido de dezembro/2014 e a segunda parcela de 1% (um por cento) sobre o salário corrigido de janeiro/2015. O limite máximo de desconto será de **R\$96,70** para cada parcela.

O TOTAL ARRECADADO NA PRIMEIRA PARCELA DEVERÁ SER RECOLHIDO PARA O **SINDICATO PROFISSIONAL** E DEPOSITADO NO **BANCO DO BRASIL, AG.:1614-4 – C/C.:7755-0** E 100% (CEM POR CENTO) DA SEGUNDA PARCELA DEVERÁ SER RECOLHIDO PARA A **FEDERAÇÃO ESTADUAL DOS METALÚRGICOS DA CUT** ATRAVÉS DE DEPÓSITO OU TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA NA **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, AGÊNCIA 1639 – OPERAÇÃO 003–CONTA CORRENTE: 180-7 (CNPJ: 07.647.932/0001-70).**

ADMINISTRADORES

Para os empregados representados pelo **SINDICATO DOS ADMINISTRADORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS** o desconto total será de 3% (três inteiros por cento), sendo 2% (dois por cento) pelo salário de corrigido dezembro/2014 e 1% (um por cento) sobre o salário corrigido de

janeiro/2015. O limite máximo de desconto será de **R\$ 86,94 (oitenta e seis reais e noventa e quatro centavos)** para cada parcela.

O TOTAL ARRECADADO, na primeira parcela deverá ser recolhido para o sindicato profissional e depositado na Caixa Econômica Federal, ag.:0084 – Op.:003 c/c.401338-0 e

O TOTAL ARRECADADO, na SEGUNDA PARCELA DEVERÁ SER RECOLHIDO PARA A FEDERAÇÃO ESTADUAL DOS METALÚRGICOS DA CUT E RECOLHIDO ATRAVÉS DE DEPÓSITO OU TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA NA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, AGÊNCIA 1639 – OPERAÇÃO 003 – CONTA CORRENTE:180-7(CNPJ: 07.647.932/0001-70) .

II - DOS EMPREGADORES

As empresas abrangidas pela presente Convenção, deverão recolher uma única vez à Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, uma contribuição no valor equivalente a **R\$8,50 (oito reais e cinquenta centavos) por empregado**, até o **limite máximo de R\$ 2.618,00** (dois mil, seiscentos e dezoito reais) e com **valor mínimo de R\$ 85,00** (oitenta e cinco).

§ 1º - As empresas que não concordarem com o recolhimento previsto nesta cláusula deverão se manifestar em carta entregue à Federação das Indústrias até 10 dias após a data de assinatura da presente Convenção.

§ 2º - A contribuição acima deverá ser recolhida através de guia própria, que será enviada pela entidade, com vencimento no dia **22 de dezembro de 2014.**

CLÁUSULA SEGUNDA - Permanecem sem alteração as demais cláusulas e condições da Convenção Coletiva 2013-2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

As cláusulas constantes do presente Termo Aditivo vigorarão pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar de 1º de outubro de 2014 e até 30 de setembro de 2015.


Parágrafo Único - As cláusulas, condições e benefícios deste Aditivo terão vigência restrita ao período pactuado para sua vigência, perdendo integralmente o seu valor normativo, com o advento do termo final prévia e expressamente fixado.

CLAUSULA QUARTA – PRAZO PARA PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS SALARIAIS – As empresas poderão pagar as diferenças salariais, a primeira

parcela do abono para quem não tem PLR, bem como efetuar o desconto comercial dos empregados juntamente com os salários de novembro/14 OU de dezembro/14, caso já tenham fechado suas folhas na data de assinatura desta convenção coletiva.


Belo Horizonte, 17 de novembro de 2014.

PELAS ENTIDADES PATRONAIS



Osmani Teixeira de Abreu
Presidente da Comissão Negociadora FIEMG
CPF 008.197.786-72


Verônica Maria Flecha de Lima Alvares
CPF 736.853.806-72

PELAS ENTIDADES PROFISSIONAIS


João Alves de Almeida
CPF 378.213.346-34


Marconi Domingos Roque
CPF 528.558.566-04


Rosana Silva César – (Categorias Diferenciadas)
CPF 660.217.586-68